

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	21
2.6 Eventos subsequentes as DFs	23
2.7 Destinação de resultados	24
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	26
2.10 Planos de negócios	27
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	29
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	30
5.2 Descrição dos controles internos	31
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	50
5.5 Outras informações relevantes	51

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2023 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais daComarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitoscontábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2023:

Classes	Saldo em 31/12/2022	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2023
Classe I - credores trabalhistas	1.420	341	(971)	(680)	8	118
Classe II - credores com garantia real	959.144	-	(44.845)	-	120.975	1.035.274
Classe III - credores quirografários	310.640	23.972	(25.262)	(30.554)	5.972	284.768
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	744	-	-	-	98	842
Extraconcursal	28.309	-	(1.316)	-	3.565	30.558
Total	1.300.257	24.313	(72.394)	(31.234)	130.618	1.351.560

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	5,00%	5,00%
2029	5,00%	5,00%
2030	5,00%	16,00%
2031	16,00%	18,00%

Em 11 de agosto de 2023, a Companhia celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real, referente à parcela semestral com pagamento previsto para 14 de agosto de 2023 (“Parcela Agosto/23”).

Por meio do Acordo, os credores com garantia real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R\$ 10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 (“Pagamento Parcial”); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrou em 15 de setembro de 2023.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia celebrou aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram devidamente homologados pelo Juízo da recuperação judicial, segundo previsto no acordo de *standstill* celebrado em 11 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

agosto de 2023, que deixou de vigor nesta data.

Os aditamentos preveem que a parcela semestral que passaria a ser devida aos Credores com Garantia Real de 14 de agosto de 2023, com amortização parcial de R\$ 10.630 em 3 parcelas mensais e de igual valor, pagas no último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023.

Em 10 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos. Os Aditamentos se limitavam a prever que a parcela semestral devida aos credores com garantia real em 10 de dezembro de 2023 seria paga até 02 de fevereiro de 2024. Tal ajuste se limitava à forma de pagamento dos credores com garantia real, não afetando e nem alterando as formas de pagamentos previstas pelos Planos para os demais credores da Companhia.

A parcela semestral com pagamento previsto para 14 de fevereiro de 2024, não foi paga aos credores titulares de créditos com garantia real.

Em 7 de junho de 2024 a Companhia celebrou o sexto aditamento ao plano de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, com vigência até agosto de 2024.

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, conforme mencionado na nota explicativa 29.1 Aditamento PRJ.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 2024	2,50%	2,50%
Ano 2025	2,50%	2,50%
Ano 2026	2,50%	2,50%
Ano 2027	2,50%	2,50%
Ano 2028	2,50%	2,50%
Ano 2029	2,50%	5,00%
Ano 2030	5,00%	5,00%
Ano 2031	5,00%	5,00%
Ano 2032	5,00%	5,00%
Ano 2033	5,00%	5,00%
Ano 2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

b. Estrutura de capital

No setor de geração de energia os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

por terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2023	AV %
Capital de terceiros ¹	1.074.626	53,53%
Capital próprio ²	933.020	46,47%
Total	1.911.815	100,00%

- (1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos.
- (2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial e prejuízos acumulados.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$9.238, possui prejuízos acumulados de R\$3.195.618 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$100.267 (Controladora) e R\$298.967 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente ao resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$149.536 que está impactado pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores.

Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2023, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, composto por 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW – 155 Turbinas GE. A energia gerada pelos parques é comercializada nos mercados livre e regulado, 53,3% e 46,7%, respectivamente.

A Companhia retomou a obra do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores. E terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída.

A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7,1 GW eólicos e 2,3 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em tramite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações anuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29,6 milhões referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8,5 milhões referente a Parcela Garantia corrigida.

Em 07 de dezembro de 2022, a companhia firmou um memorando de entendimentos junto a Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. com objetivo de retomar e finalizar a implantação do Projeto Solar Caetité, com capacidade instalada de 4,8MW, localizado no sudoeste da Bahia, por meio do quala Companhia e a Pacífico irão explorar a comercialização da energia na modalidade de geração distribuída, atendendo consumidores locais.

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia assinou com o Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas tendo como objetivo a alienação da totalidade das quotas da controlada Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda, livre de quaisquer ativos ou obrigações, salvo pelos contratos de arrendamento listados no Anexo I do referido instrumento, pelo valor de R\$7.631.

A venda foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 09 de março de 2023 e concluída em 15 de maio de 2023.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo dos anos, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e novas fontes de financiamento para o crescimento sustentável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

O quadro a seguir demonstra o saldo dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023: *(Valores expressos em milhares de reais)*

Contrato	Taxa ¹	31/12/2023
BNDES	100% CDI	334.907
Banco Bradesco	100% CDI	398.238
Banco Itaú	100% CDI	145.697
Citibank	100% CDI	98.154
Banco ABC	100% CDI	58.278
Citibank	100% CDI	30.558
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR	4.461
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR	4.333
Total de endividamento		1.074.626

Nota 1: as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial

Resumo dos contratos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo no valor de R\$15.983 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)

	Inferior a um ano	um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	
	Total				
Garantia real	167.299	144.662	192.884	530.429	1.035.274
Garantia quirografária	14.604	32.128	48.193	189.843	284.768
Total	181.903	176.790	241.077	720.272	1.320.042

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Considerando o plano de Recuperação Judicial, a Companhia deverá observar todas as restrições nele previstas, enquanto perdurar a recuperação judicial da Companhia.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs) e Penhor das ações de titularidade da Renova no Capital Social da Chipley Participações S.A..

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os recursos referentes a todos os financiamentos obtidos pela Companhia já foram integralmente disponibilizados e aplicados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais - R\$

	31/12/2023	31/12/2022	Var.
RECEITA LÍQUIDA	227.838	206.403	10,4%
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia	(17.998)	(59.800)	-69,9%
Custo de operação	(82.059)	(33.409)	145,6%
Depreciações e amortizações	(97.784)	(43.747)	123,5%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(24.104)	(10.962)	119,9%
Total	(221.945)	(147.918)	50,0%
Compromissos futuros marcação a mercado	167.560	-	n.a
RESULTADO BRUTO	173.453	58.485	196,6%
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(56.872)	(89.775)	-36,7%
Depreciações e amortizações	(4.942)	(9.907)	-50,1%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	819.755	-100,0%
Outras receitas (despesas) líquidas	81.789	(9.865)	-929,1%
Total	19.975	710.208	-97,2%
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	
Ganho na alienação de ativos	6.878	233.818	-97,1%
Total	26.853	944.026	-97,2%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	200.306	1.002.511	-80,0%
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	3.339	16.910	-80,3%
Despesas financeiras	(152.875)	(231.495)	-34,0%
Total	(149.536)	(214.585)	-30,3%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50.770	787.926	-93,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.804)	(11.145)	-21,0%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(51.204)	339	-15204,4%
Total	(60.008)	(10.806)	455,3%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(9.238)	777.120	-101,2%

Receita operacional líquida

No acumulado do ano de 2023, a receita líquida foi de R\$ 227,8 milhões, acréscimo de 10,4% versus o mesmo período do ano anterior R\$206.4 milhões.

O principal fator foi o parque eólico de Alto Sertão III que teve operação nos 12 meses do ano de 2023.

Custos gerenciáveis

Custos gerenciáveis correspondem as atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs (apenas 1T2022), e compra de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos gerenciais aumentaram e razão do parque eólico de Alto Sertão III ter operado os 12 meses do ano de 2023.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$24,1 milhões, apresentando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, pois a operação comercial dos parques eólicos de Alto Sertão III ocorreu os 12 meses do ano de 2023.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Receitas (Despesas)

No acumulado de 2023, as receitas (despesas) totalizaram R\$ 20,0 milhões, redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principais elementos as rubricas de Contingências cíveis e trabalhistas e Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado com efeitos em 2022.

As principais rubricas em 2023 estão apresentadas a seguir:

- Serviços de terceiros:** referem-se a gastos com consultoria, auditoria, advogados e publicação de balanços. No quarto trimestre e fechamento de 2023, foram reconhecidas despesas com manutenção, limpeza e segurança dos parques que não estavam em operação, houve uma redução de aproximadamente 50%, em linha com o plano de redução de custos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Despesas administrativas:** redução de 10,7% refletindo melhor eficiência de gastos.
- **Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias:** no quarto trimestre de 2023, houve um aumento de 226,3%. Aumento decorrente, principalmente, a acordos realizados com a classe I. Já no fechamento anual de 2023, houve uma redução de 91,2%, devido a provisão de multa editalícia que ocorreu em 2022.
- **Seguros:** no quarto trimestre de 2023, houve um acréscimo de 76,2% frente ao mesmo período de 2022, o aumento foi devido a contratação de uma apólice de risco de engenharia e apólice de responsabilidade civil de obras para instalação de equipamentos que estavam em manutenção.
- **Contrato oneroso:** em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.
- **Despesas Regulatórias:** reversões de Outorgas e Penalidades para Fase B e Ler 13/14 realizada entre outubro e dezembro de 2023.

A seguir, quadro com a relação das despesas do quarto trimestre, assim como do fechamento anual de 2023 contra o mesmo período de 2022

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Pessoal e Administração	8.421	8.753	-3,8%	30.293	24.595	23,2%
Serviços de Terceiros	3.930	7.870	-50,1%	13.113	25.518	-48,6%
Despesas Administrativas ¹	1.302	1.458	-10,7%	4.459	5.950	-25,1%
Seguros	1.487	844	76,2%	4.679	4.360	7,3%
Impostos e taxas	51	118	-56,8%	657	1.524	-56,9%
Contingências cíveis e trabalhistas	2.545	780	226,3%	2.397	27.337	-91,2%
Despesas Regulatórias ²	(79.760)	20.266	n.a	(77.738)	38.028	n.a
Contrato oneroso	-	-	n.a	-	(23.465)	n.a
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(819.755)	n.a	-	(819.755)	n.a
Indenizações contratuais	(3.940)	-	n.a	-	-	n.a
Depreciação	1.322	8.495	-84,4%	4.942	9.907	-50,1%
Outras	4.572	439	941,5%	(2.777)	(4.207)	-34,0%
Total	(60.070)	(770.732)	-92,2%	(19.975)	(710.208)	-97,2%

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$149,5 milhões, apresentando uma redução de 30,3% comparado ao resultado financeiro de R\$214,5 milhões em 2022.

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No ano 2022, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 60 milhões, em razão do resultado da operação de geração e comercialização de energia, sendo R\$ 8,8 milhões corrente e R\$ 51 milhões diferidos oriundos, principalmente, dos efeitos sobre compromissos futuros marcação a mercado.

Prejuízo líquido do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$9,2 milhões, redução comparado ao ano anterior, ocorrido principalmente pela reversão da redução do valor recuperável e ganho com alienação de ativos ocorridas em 2022.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente a: (i) entrada em operação do parque eólico de Alto Sertão III, (ii) compromissos futuros marcação a mercado, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) menor em 2023, impactado principalmente pela liquidação de parte relacionados em 2022, pagamento realizados da PRJ reduzindo os juros de empréstimos e financiamentos e fornecedores, (iv) reversão de penalidades regulatórias.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	31/12/2023	31/12/2022	Var.
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	17.600	63.773	-72,4%
Aplicações financeiras	5.180	4.282	21,0%
Contas a receber de clientes	32.930	30.367	8,4%
Tributos a recuperar	20.300	13.032	55,8%
Adiantamentos a fornecedores	1.620	1.127	43,7%
Despesas antecipadas	4.114	3.832	7,4%
Compromissos futuros	52.443	-	n.a
Outros créditos	4.433	289	1433,9%
	138.620	116.702	18,8%
Ativos classificados como mantidos para venda	262	-	n.a
Total dos ativos circulantes	138.882	116.702	19,0%
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	312	278	12,2%
Depósitos judiciais	4.595	9.451	-51,4%
Tributos diferidos	4.799	1.327	261,6%
Compromissos futuros	305.489	-	n.a
Outros créditos	60	60	0,0%
Imobilizado	2.622.001	2.686.601	-2,4%
Total dos ativos não circulantes	2.937.256	2.697.717	8,9%
TOTAL DOS ATIVOS	3.076.138	2.814.419	9,3%

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo circulante era de R\$138,8 milhões e em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$116,7 milhões. Essa variação ocorreu principalmente pelo efeito dos Compromissos futuros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo não circulante era de R\$2,7 bilhões em comparação como saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$2,6 bilhões. Aumento relacionado ao registro dos compromissos futuros, e reconhecimento da depreciação dos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A que estavam em operação nos 12 meses do ano de 2023.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022	Var.
CIRCULANTES			
Fornecedores	63.750	58.392	9,2%
Empréstimos e financiamentos	172.754	49.939	245,9%
Tributos a recolher	15.033	15.509	-3,1%
Salários, encargos e férias a pagar	7.220	9.111	-20,8%
Contas a pagar - CCEE	48.699	37.621	29,4%
Arrendamentos a pagar	1.395	3.686	-62,2%
Outras contas a pagar	95.237	167.363	-43,1%
Compromissos futuros	33.477	-	n.a
Adiantamentos de clientes	22	-	n.a
	437.587	341.621	
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	327	-	n.a
Total dos passivos circulantes	437.914	341.621	28,2%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	215.284	192.924	11,6%
Empréstimos e financiamentos	901.872	950.914	-5,2%
Tributos a recolher	263	8.030	-96,7%
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	56.971	-	n.a
Contas a pagar - CCEE	57.048	38.143	49,6%
Arrendamentos a pagar	23.663	22.774	3,9%
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	204.388	196.614	4,0%
Provisão para desmantelamento	24.818	23.235	6,8%
Compromissos futuros	156.894	-	n.a
Outras contas a pagar	64.003	129.202	-50,5%
Total dos passivos não circulantes	1.705.204	1.561.836	9,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	4.170.394	4.139.098	0,8%
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	0,0%
Reservas de capital	1	1	0,0%
Prejuízos acumulados	(3.195.618)	(3.186.380)	0,3%
Total do patrimônio líquido	933.020	910.962	2,4%
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.076.138	2.814.419	9,3%

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do passivo circulante era de R\$437,9 milhões, representando um aumento de 28,2% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando o saldo era de R\$341,6 milhões. O

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento ocorreu principalmente em razão do reconhecimento dos compromissos futuros e a negociação de reperfilamento dos empréstimos e financiamentos dos credores classe II no âmbito dos planos de recuperação judicial.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do grupo de passivo não circulante era de R\$1,7 bilhões, aumento de 9,2% em comparação com 31 de dezembro de 2022. O aumento ocorreu principalmente em razão dos compromissos futuros e o imposto de renda e contribuição social diferido sobre os compromissos futuros.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$33 milhões, um aumento comparado ao ano anterior, impactado principalmente pelo aumento de capital e redução do prejuízo acumulado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a geração e comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$ 227,8 milhões um aumento de 10,4% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, onde a receita operacional líquida foi de R\$206,4 milhões.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No acumulado do ano de 2023, a receita líquida foi de R\$ 227,8 milhões, acréscimo de 10,4% versus o mesmo período do ano anterior R\$206.4 milhões.

O principal fator foi o parque eólico de Alto Sertão III que teve operação nos 12 meses do ano de 2023.

Os custos gerenciáveis correspondem as atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs (apenas 1T2022), e compra de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos gerenciais aumentaram e razão do parque eólico de Alto Sertão III ter operado nos 12 meses do ano de 2023.

Outros efeitos que afetaram o resultado de 2023 foram: (i) Ganho na venda de ativos R\$ 6,8 milhões, (ii) Reversão da outorga R\$ 61,0 milhões e (iii) Market-to-Market R\$ 167,6 milhões.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$24,1 milhões, apresentando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, pois a operação comercial dos parques eólicos de Alto Sertão III ocorreu nos 12 meses do ano de 2023.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A energia elétrica gerada e comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, de longo prazo.

O preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índice de inflação (IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir o mesmo índice.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índice de inflação (IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tal índice. A maioria dos custos e despesas da Companhia é em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos principalmente em Reais, os quais são atualizados com base no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente a Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$ 149,5 milhões, e em 2022, o resultado foi negativo em R\$214,6 milhões.

Taxa de Câmbio

A Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa considerando a opção do regime de tributação adotada.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e a controlada Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 mil por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e

2.2 Resultados operacional e financeiro

consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

Para apuração do PIS e da COFINS sobre as receitas, as companhias do grupo optantes pelo regime de Lucro Presumido ficam sujeitas ao regime de apuração cumulativo sob alíquotas de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS) aplicáveis sobre o faturamento. Já as empresas optantes pelo Lucro Real ficam sujeitas ao regime não-cumulativo sob alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) sobre o faturamento e para receitas financeiras aplicam-se as alíquotas de 0,65% (PIS) e 4% (COFINS).

O ICMS incide sobre vendas de energia realizadas pelas companhias do grupo, quando realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes Estados da federação.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos diretores sobre:

a. *mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2*

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. *opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor*

Não houve ressalvas ou abstenção de opinião no relatório dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O relatório dos auditores independentes emitido pela BDO relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contém parágrafo de ênfase transcrito abaixo:

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em 10 de dezembro de 2023, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado geral, que celebrou em 08 de dezembro de 2023, novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III. A Companhia está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de forma a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real para uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia assinou com o Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas tendo como objetivo a alienação da totalidade das quotas da controlada Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda, livre de quaisquer ativos ou obrigações, salvo pelos contratos de arrendamento listados no Anexo I do referido instrumento, pelo valor de R\$7.631.

A venda foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 09 de março de 2023 e concluída em 15 de maio de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2023, a Companhia teve o seguinte movimento em relação a alienação das seguintes participações acionárias:

Venda de ativos - Serra do Tigre

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia assinou com o Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas tendo como objetivo a alienação da totalidade das quotas da controlada Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda, livre de quaisquer ativos ou obrigações, salvo pelos contratos de arrendamento listados no Anexo I do referido instrumento, pelo valor de R\$7.631.

Descrição	Valor
Valor da venda	7.631
Custo do investimento	(753)
Ganho na alienação	6.878

A venda foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 09 de março de 2023 e concluída em 15 de maio de 2023.

Acordo Indenização - Taperoá

Em 24 de novembro de 2022 a Companhia assinou com a Sequoia Capital Ltda. (“Sequoia”), o Instrumento Particular de transação, indenização e outras avenças com o objetivo de extinguir qualquer conflito entre as partes relacionados ao Projeto Cacimbas. Dentre outras obrigações, a Companhia cederá sua posição contratual nos contratos de arrendamento objeto do referido Instrumento.

Ademais, a Sequoia pagará a Companhia a título de indenização a quantia total de R\$18.000, cujo pagamento será realizado conforme segue:

R\$1.000 – um dia após Homologação Judicial da transação, recebidos em 09 de fevereiro de 2023 e reconhecidos na rubrica de indenizações;

R\$17.000 – em parcela única, corrigidos pelo IPCA a partir da data-base desta transação, condicionado ao cumprimento das obrigações da Companhia, no prazo de até 60 dias contados da assinatura do Contrato do Uso de Sistema de Transmissão (“CUST”), ou alternativamente, no prazo de 12 meses contados da expedição

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

do Parecer de Acesso Positivo.

A operação foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 08 de fevereiro de 2023 e sua conclusão está sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas entre as partes.

c. *Eventos ou operações não usuais*

Durante o exercício de 2023 a Companhia capitalizou créditos de terceiros e alienou ativos conforme previsto nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova.

d. *Compromissos futuros*

Os contratos celebrados pela controladora Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$ 167.560.

	Saldo em 31/12/2023	Tributos diferidos
ATIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	52.443	(17.831)
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	305.489	(103.866)
TOTAL DO ATIVO	357.932	(121.697)
PASSIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	(33.477)	11.382
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	(156.894)	53.344
TOTAL DO PASSIVO	(190.371)	64.726
RESULTADO		
Compromissos futuros marcação a mercado	167.561	(56.971)

2.5 Medições não contábeis

2.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 11.9.

Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 18.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo

2.5 Medições não contábeis

por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26.

Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 11.

Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes as DFs

A empresa está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de forma a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real para uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia. E a Companhia está em Recuperação Judicial, estando sujeita as regras da mesma.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada na Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
 - iv. contratos de construção não terminada;
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram destinados, principalmente, para a operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, que atendem aos mercados livre e regulado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contabilizou R\$ 28,9 milhões em investimentos no fluxo de caixa.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Em linha com o Plano de Recuperação Judicial e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova alienou ativos mencionados no item 2.4.b.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o exercício de 2023 a Companhia alienou: a) 100% ações representativas do capital social da controlada Serra do Tigre.

b. desde que já divulgada, a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve desenvolvimento em novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua. Para isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de área de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ASG atualmente em nosso pipeline de iniciativas, as Relações

2.10 Planos de negócios

Comunitárias. A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional****2.11 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamento aprovada pelo Conselho de Administração. No entanto, informa que está trabalhando no mapeamento de seus riscos e na elaboração de sua política.

Vale ressaltar que a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e Finanças, não estatutário, que tem atribuições voltadas à determinação e controle de riscos financeiros, bem como monitoramento e aperfeiçoamento de processos, práticas, políticas e controles internos.

A Companhia possui, ainda, procedimentos de gerenciamento de denúncias e de *background check* de terceiros, para implementar as regras de compliance e controles internos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Em razão da inexistência de política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, resta prejudicado o preenchimento dos itens abaixo.

I. os riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável

II. os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável

III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos¹

Não aplicável

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Preenchimento prejudicado em razão da inexistência de política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração.

¹ A descrição deve contemplar (a) a indicação dos órgãos de administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas; (b) discriminação das responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou de estruturas assemelhadas, e de seus membros, no gerenciamento de riscos; e (c) a estrutura hierárquica de tais órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Uma vez que a Administração é o principal responsável pelo estabelecimento e manutenção do ambiente de controles internos, a Companhia avalia, periodicamente, seus processos por meio das melhores práticas, endereçando as atividades necessárias para a mitigação de riscos aos quais a Companhia entende que não deva ficar exposta. São verificados os riscos inerentes às atividades e processos analisados, os controles internos necessários para a mitigação de tais riscos e a análise da melhor forma de conduzir os processos, os quais objetivam resultar em uma melhor sinergia entre as áreas e elevar a eficiência operacional das atividades que são realizadas dentro da Companhia.

Após a realização do diagnóstico sobre a efetividade de controles ou mapeamento da exposição ao risco, são elaborados planos de ação juntamente às áreas para que as melhorias identificadas sejam corretamente direcionadas. Tais planos de ação possuem responsáveis e prazos para que sejam postos em prática.

.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Para que se possa ter o máximo de independência, os resultados são reportados diretamente ao Diretor Presidente e, posteriormente, ao Comitê de Auditoria e Finanças, ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme o caso.

A Gerência de Governança Corporativa tem como missão apoiar a Companhia na busca constante pela excelência operacional, por meio da aplicação das melhores práticas de gestão, performance e conformidade das atividades realizadas.

As responsabilidades do Comitê de Auditoria e Finanças, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal podem ser consultadas no item 12 deste Formulário de Referência.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de cada auditoria (relatório de auditoria) é apresentado à alta administração e ao Comitê de Auditoria e Finanças, Conselho de Administração e Fiscal, conforme o caso, com enfoque nos riscos levantados. Uma vez que os relatórios tenham sido finalizados, validados e devidamente apresentados, é iniciado o acompanhamento mensal de cada plano de ação. Para formalizar a evolução das ações são elaborados e divulgados relatórios gerenciais indicando a situação de cada plano de ação, para que o gestor responsável pelo processo fique ciente (o report é realizado para o gestor imediato do responsável por realizar a ação).

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos

5.2 Descrição dos controles internos

da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em complemento à auditoria das demonstrações financeiras, foi entregue em 22 de maio de 2024, um relatório de recomendações sobre controles internos.

A seguir é apresentado os comentários referentes às deficiências significativas e recomendações do auditor independente, conforme descrito do relatório:

1. Pontos de recomendações – Contábil e Controle Interno

1.1. Ausência de ajustes tempestivos entre saldos financeiro e contábil

Situação atual

Identificamos divergências de saldos entre o relatório financeiro de contas a pagar e os registros contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Financeiro	Saldo contábil (*)	Mapeado		Diferença não conciliada
Centrais Eólicas Acácia S.A.	376.342	(437.870)	(-)		(61.528)
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	225.283	(278.342)	(13)		(53.072)
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	63.743	(198.508)	(61.435)		(73.330)
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	173.022	(23.956)	123.053		26.013
Renova Energia S.A.	33.487.719	(24.640.256)	8.735.916	(a)	111.547
Total	34.326.109	(25.578.932)	(8.797.521)		50.370

- (*) Saldo contábil composto pelo somatório das contas de Fornecedor, Tust a pagar e seguros a pagar.
- (a) No relatório financeiro consta um título tipo "OP" no valor de R\$ 8.735.915,60 para o Fornecedor Banco Citibank, no entanto, por se tratar de empréstimos Classe III, na Contabilidade este valor é registrado na conta específica, no grupo de empréstimos;

Recomendações

Recomendamos que os valores sejam analisados e conciliados.

Comentários da Administração:

Todos os credores listados na recuperação judicial “classe III”, inclusive as instituições financeiras com relação as fianças bancárias, foram inseridos no módulo financeiro e, portanto, são apresentados no relatório de contas a pagar.

Em 2024 a contabilidade criou novas contas contábeis, para que os movimentos do módulo financeiro sejam registrados em contas específicas não existindo mais divergência entre os módulos financeiro e contábil.

5.2 Descrição dos controles internos

1.2. Divergências entre o saldo de arrendamento do sistema AVGEO e o saldo contábil

Situação atual

Em 2022 houve a implantação do Sistema Operacional AVGEO para acompanhamento e cálculo mensal dos contratos de arrendamento. As informações dos terrenos arrendados após *input* no sistema são contabilizados no AVGEO e integrados ao sistema contábil da Companhia. Entretanto, ao compararmos o saldo extraído pelo relatório do sistema com o saldo contabilizado, encontramos divergências.

Empresa	Saldo arrendamento no sistema AVGEO	Saldo contábil (passivo)	Divergência
Centrais Eólicas Abil S.A.	1.036.610	1.031.418	5.193
Centrais Eólicas Acácia S.A.	502.863	507.473	(4.610)
Centrais Eólicas Amescla S.A.	519.349	497.574	21.775
Centrais Eólicas Angelim S.A.	580.087	567.706	12.381
Centrais Eólicas Angico S.A.	383.487	384.423	(936)
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	437.417	436.835	582
Centrais Eólicas Cedro S.A.	649.849	620.953	28.896
Centrais Eólicas Facheio S.A.	689.502	671.720	17.782
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	617.491	629.552	(12.061)
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	511.305	524.927	(13.623)
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (Eólico)	1.223.863	1.208.849	15.014
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	337.631	330.811	6.820
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	451.378	463.155	(11.777)
Centrais Eólicas Jataí S.A.	552.166	545.004	7.162
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	882.838	840.620	42.218
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	489.473	462.280	27.193
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	662.741	650.079	12.662
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	592.090	568.710	23.380
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	515.988	498.045	17.943
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	612.643	617.150	(4.506)
Centrais Eólicas Tabua S.A.	846.715	838.641	8.074
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	713.769	701.002	12.766
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	488.114	466.670	21.444
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	643.819	620.737	23.082
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	645.572	619.301	26.272
Ventos de São Cristovão	1.255.053	717.616	537.437
Total	16.841.813	16.021.251	(820.563)

Recomendações

Recomendamos que os valores sejam analisados e conciliados.

5.2 Descrição dos controles internos

Comentário da Administração:

A equipe de contabilidade identificou as divergências e solicitou ao desenvolvimento do sistema AVGEO a análise e correção dos relatórios. Em paralelo no 2º semestre de 2024 o grupo renova irá contratar uma consultoria para revisão dos saldos e contratos existente no AVGEO.

1.3. Não utilização do Spread de risco na determinação da taxa de desconto

Situação atual - Renova Comercializadora de Energia S.A.

A Companhia não era obrigada a registrar o valor justo dos contratos futuros até 31 de outubro de 2023, uma vez que a compra e venda de energia estavam sendo realizada pelo mesmo preço. Portanto, até esta data não havia exposição. Com o aditivo realizado, a Companhia passou a estar exposta, sendo necessário registrar essa exposição na contabilidade por meio do cálculo da marcação a mercado dos contratos.

Realizamos o recalcule da marcação a mercado e identificamos divergências.

Descrição	Contabilidade	Calculado BDO	Ajuste
Ativo Circulante	52.443	52.934	(491)
Ativo Não Circulante	305.489	250.598	54.891
Passivo Circulante	(33.477)	(36.621)	3.143
Passivo Não Circulante	(156.894)	(114.579)	(42.315)
Resultado	167.560	152.332	15.229
Diferido	56.971	51.793	5.178
		Diferença	10.051

Taxa de desconto

Renova: Baseado no IPCA

BDO: Taxa de Juros Real (Custo do dinheiro no tempo) utilizando como parâmetro o Boletim Focus + Spread de risco de crédito calculado pela BDO.

Essas divergências foram apontadas devido a variação no preço de mercado utilizado pela Companhia em comparação ao utilizado pela BDO, e, principalmente, devido a diferença na taxa de desconto aplicada, pois a taxa de desconto utilizada pela Companhia não atribui um spread de risco.

Recomendações

Avaliar a inclusão do spread de risco para cálculo do MTM.

Comentário da Administração:

A Companhia utiliza a taxa SELIC como taxa de desconto, com o IPCA implícito projetado pelo BACEN. A Renova Comercializadora entende que o critério utilizado reflete corretamente a metodologia estabelecida no contexto das normas contábeis. O tratamento de MTM é principalmente abordado nas seguintes normas:

5.2 Descrição dos controles internos

CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo;
CPC 38 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

2. Tributários Pontos de recomendações –

2.1. Adição de valores indevidos - Despesa de sócios na apuração do IRPJ e CSLL

Situação atual - Renova Comercializadora de Energia S.A.

Verificamos que na apuração do IRPJ e CSLL, a Companhia considera toda a conta 6.1.0.54.0601 que engloba os valores das despesas e remuneração de sócios. Contudo, apenas os valores que não constam em folha precisam ser adicionados como valores indedutíveis, desta forma consideramos apenas os valores referentes a gratificações.

Recomendações

Recomendados que a Companhia tenha um controle referente aos valores pagos como remuneração a sócios, dirigentes e conselheiros e que considere como indedutível apenas àqueles que não pertençam a folha de pagamento.

Comentários da Administração:

A Companhia considera indedutível as remunerações dos sócios, diretores, administradores, titulares de empresa individual e conselheiros fiscais e consultivos, com base nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 4.506, de 1964, e das alíneas 'b' e 'd' do § 1º do art. 43 do Decreto-Lei nº 5.844, de 1943.

Dado que a Companhia segue corretamente as leis fiscais o ponto de recomendação não deveria constar neste relatório.

2.2. Não identificação da contabilização do saldo negativo de CSLL

Situação atual - Renova Comercializadora de Energia S.A.

A empresa registrou prejuízo fiscal no exercício encerrado, o que implica na existência de saldo negativo para o IRPJ e a CSLL, com base nos valores recolhidos. Contudo, não observamos a contabilização desses créditos tributários no ativo da Companhia. Não identificamos a conta contábil para o saldo negativo de CSLL, apenas de IRPJ.

Recomendações

Recomendamos a constituição do saldo negativo de CSLL em conta contábil apropriadamente reconhecida em ativo e com a descrição do saldo negativo (-).

Comentários da Administração:

O Grupo efetuará a contabilização do saldo negativo mencionado assim que o ECF for validado pela SRFB, após o envio em 31 de julho do ano subsequente.

2.3. Divergência entre o saldo credor contabilizado e o declarado na EFD contribuições.

5.2 Descrição dos controles internos

Situação atual - Renova Comercializadora de Energia S.A.

Identificamos divergências de R\$ 617.176 entre os saldos credores acumulados de PIS (nas contas 1.2.0.51.04010101 e 1.2.0.57.01000001) e de COFINS (nas contas 1.2.0.51.05010101 e 1.2.0.57.01000002) e os valores declarados na EFD Contribuições no controle de saldos credores acumulados dos registros 1100 e 1500.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia verifique os valores declarados nos registros acima citados em sua EFD, e realize o confronto com os saldos credores controlados nas contas do balancete, a fim de dirimir as divergências e evitar possíveis questionamentos das autoridades tributárias.

Comentários da Administração:

A Companhia efetuará a conciliação e eliminará as diferenças imateriais existentes entre EFD e contabilidade.

2.4. Não identificação dos registros de PIS e COFINS Diferidos na EFD Contribuições

Conforme previsto no CPC 32, itens 57 a 60, os valores de PIS e COFINS diferidos devem ser reconhecidos. Ademais, vale salientar que a Sociedade não está cumprindo com o previsto pela autoridade fiscal, no que tange à apresentação do EFD Contribuições. Pois, tendo em vista o reconhecimento da receita diferida, os registros M230/M630 e M300 e M700 devem ser realizados, para que assim, a RFB seja notificada dos valores de PIS e COFINS diferidos que ocorreram sobre esta operação.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia retifique suas obrigações acessórias e apresente o preenchimento dos registros supracitados, a fim de dirimir as divergências e evitar possíveis questionamentos das autoridades tributárias.

Comentários da Administração:

O PIS e COFINS diferidos registrados nas SPEs referem-se à provisão do ressarcimento sobre a receita. Entendemos que deveríamos registrar apenas o IRPJ e a CSLL diferidos com base na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), no Regulamento do Imposto de Renda de 2018 (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018, e na Resolução CFC nº 1.189/2009, que aprova a

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG nº 32 - Tributos sobre o Lucro. Para um melhor acompanhamento dos saldos, a Companhia registra o PIS e COFINS sobre ressarcimento em contas específicas.

2.5. Ausência de declaração de notas fiscais na EFD Contribuições.

Situação atual – Diamantina Eólica Participações S.A.

Crédito não cumulativo: A Companhia possui notas de compra para revenda, declaradas em EFD ICMS/IPI, porém, estas notas não foram declaradas na EFD Contribuições, nem

5.2 Descrição dos controles internos

consideradas na base de crédito, mesmo os itens sofrendo incidência de PIS e COFINS, e a operação de entrada admitir o aproveitamento de crédito para as contribuições. O montante não aproveitado de PIS e COFINS para o mês 12/2023 foi de R\$ 38.942,77.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia verifique a necessidade de escrituração das referidas notas, e caso entenda por certo, apresente a retificação da sua obrigação acessória e da memória de cálculo de PIS e COFINS a fim de dirimir as divergências e evitar possíveis questionamentos das autoridades tributárias.

Comentários da Administração:

A administração não recebeu as informações detalhadas necessárias para uma análise aprofundada do caso citado. É essencial que a auditoria forneça informações completas para que possamos identificar o que foi exposto. Assim, a Companhia poderá determinar o caminho adequado para correção, verificar se realmente existe algum erro a ser corrigido e providenciar as retificações, se necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

2.6. Não exclusão do PIS e COFINS na base de crédito do ICMS nas operações de entradas.

Situação atual – Diamantina Eólica Participações S.A.

A Companhia não excluiu da sua base de créditos, o ICMS incidente nas entradas para tomada de crédito de PIS e COFINS, o que vai contra a determinação na legislação tributária. O valor do mês 12/2023 foi de R\$ 21.028,63.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia proceda com a retificação de suas memórias de cálculo e obrigações acessórias, apresentando, caso necessário, a tributação devida referente ao montante da divergência a fim de evitar questionamentos e penalizações das autoridades tributárias.

Comentários da Administração:

A Companhia irá revisar detalhadamente as memórias de cálculo, com o objetivo de identificar os montantes a serem excluídos. Com base nessa revisão, promoveremos as retificações necessárias nas obrigações acessórias e corrigir o processo para que o mesmo erro não se repita.

3. Pontos de recomendações – Tecnologia da Informação

3.1. Ausência de política de proteção de dados, ausência de revisão e aprovação e ausência de treinamentos.

Situação atual

- Política de Segurança da Informação está desatualizada, a última atualização e revisão ocorreu em 05/08/2015;
- Política de Definição de Atribuições da Área de Tecnologia da Informação, que passou por revisão em 02/10/2020, não consta data de aprovação, possui a validade de 2 anos, conforme consta no documento, porém este prazo para atualização e revisão foi ultrapassado, estando assim desatualizada;
- Política De Tecnologia Da Informação Colaboradores se encontra desatualizada, possui a validade de dois anos, passou por revisão em 02/10/2020 e foi aprovada em Reunião de Diretoria em 30/10/2020.

Não identificamos a existência da Política de Proteção de Dados da Renova Energia S.A., também identificamos que não ocorreram treinamentos relacionados à Segurança da Informação no ano de 2023.

Riscos envolvidos

A falta de políticas de TI e de treinamentos, pode expor a empresa a vários riscos, incluindo vazamentos de informações confidenciais, perda de dados, interrupção de serviços, falhas nos

5.2 Descrição dos controles internos

sistemas, problemas de segurança, entre outros problemas causados pela ausência regras e diretrizes estabelecidas para o bom funcionamento dos sistemas e das funções desempenhadas pelos colaboradores da organização.

Recomendações

Recomendamos a revisão anual das políticas e procedimentos existentes, de modo a estarem alinhadas às boas práticas de segurança da informação, bem como a elaboração de política de proteção de dados, de modo a estabelecer as diretrizes e tornar transparente como é feito o armazenamento, gestão e tratamento dos dados pessoais sob responsabilidade da Renova Energia S.A.

Comentários da Administração:

A "Política de Tecnologia da Informação - TI" fornecida durante a auditoria já inclui todas as diretrizes necessárias para a proteção de dados e armazenamento, conforme estipulado pela área de TI e estão em linha boas práticas de segurança da informação.

3.2. Ausência de política ou procedimentos de gestão de backups e restores.

Situação atual

Durante nossas análises, questionamos o departamento de tecnologia da informação sobre a gestão dos backups e restores, solicitamos as políticas e procedimentos de gestão de backups, bem como as evidências para comprovar a efetividade dos procedimentos executados.

Fomos informados pelo departamento de tecnologia da informação, toda a gestão de backups e restores de dados relacionados ao sistema Protheus estão sob responsabilidade da empresa Totvs, que não disponibilizou as evidências conforme solicitado, de modo que não foi possível confirmarmos a efetividade dos backups e dos restores.

Não identificamos a existência de procedimentos ou políticas, ou outro tipo de documento que definisse como e quando os backups são executados, assim como os testes de restore. Ao analisar o documento da Totvs "Melhores_práticas_SegInfo_IaaS_Versao_2022", identificamos na seção de backups que existe a possibilidade da equipe de TI configurar e gerenciar os seus próprios backups, não coincidindo com a informação nos disponibilizada pelo departamento de tecnologia, que afirmou ser sempre necessário a intervenção da equipe Totvs.

Riscos envolvidos

A ausência de documentos que formalizem ou clarifiquem os serviços prestados no âmbito de backups, colocam em risco os dados da Renova Energia, uma vez que durante nossas análises, o departamento de tecnologia da informação não detinha nenhuma informação sobre a gestão dos backups.

Recomendações

Recomendamos que sejam elaborados procedimentos ou políticas, que estabeleçam requisitos para os backups e teste de restores, bem como responsabilidades da equipe de tecnologia da informação da Renova Energia e de eventuais parceiros e/ou fornecedores de serviços.

5.2 Descrição dos controles internos

Comentários da Administração:

Segurança e confiabilidade comprovadas:

O processo de gestão de backups do TOTVS Cloud possui as seguintes certificações:

- **ISO 27001:** Garante a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) robusto, com foco na confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.
- **ISO 27701:** Demonstra a efetividade do SGSI na proteção de informações PII (Personalmente Identificáveis) e sensíveis, em conformidade com as melhores práticas internacionais.
- **Relatório ISAE 3402:** Fornece uma avaliação independente e detalhada dos controles de TI do TOTVS Cloud, incluindo o processo de backup.

Transparência e compromisso com a segurança:

Embora os procedimentos internos detalhados do processo de backup não sejam compartilhados pela TOTVS por medida de confidencialidade e segurança, as certificações e relatórios mencionados acima servem como evidências robustas da qualidade e confiabilidade do processo.

Essas certificações e relatórios são emitidos por órgãos isentos e de alta credibilidade, como a British Standards Institution (BSI), através de auditorias externas periódicas e recorrentes.

Alinhamento prévio:

Gostaríamos de salientar que este tema foi discutido alinhado em reunião, em que tivemos a oportunidade de esclarecer sobre o processo de backup do TOTVS Cloud.

Além disso a cada 2 meses solicitamos o backup de produção D+1 para manter o ambiente de Homologação atualizado. Tema também evidenciado.

ENC: [TOTVS] Pesquisa de satisfação - Solicitação: (19181913) - RES: [TOTVS] Solicitação atualizada nº 19126947 (Auditoria)

André Luis Cenerex Couto

Para: ● Robson Pontic; ● Edson Rodrigues de Sá Júnior; ● Fausto Duarte Felis; ● Ana Portela

Responder

Responder a Todos

Encaminhar

...

qua 31/01/2024 10:59

Para: André Luis Cenerex Couto <alcouto@renovaenergia.com.br>

Assunto: [TOTVS] Pesquisa de satisfação - Solicitação: (19181913) - RES: [TOTVS] Solicitação atualizada nº 19126947 (Auditoria)

- Não escreva abaixo desta linha -##

TOTVS

Portal do Cliente TOTVS

Olá Andre,

Queremos saber a sua opinião sobre o nosso atendimento ao cliente no ticket 19181913 sobre RES: [TOTVS] Solicitação atualizada nº 19126947 (Auditoria). Por favor, informe o seu nível de satisfação em uma escala de 0 a 10.

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

A sua opinião será valorizada 🍷 por todo o nosso time, e nos ajudará a melhorar continuamente o nosso atendimento.

Agradecemos sua contribuição.

Este é um lembrete do assunto desta solicitação:

Gabriel Vasconcelos da Costa Filho (TOTVS)

31 de jan. de 2024, 09:16 BRT

Prezado Cliente, bom dia.

Conforme informado no ticket #19126947, TOTVS Cloud possui um processo de gestão de cópias de segurança (backups) certificado ISO 27001 e ISO 27701 e também é apresentado como controle no relatório ISAE 3402.

Informamos que por medida de confidencialidade e segurança os nossos procedimentos internos não são compartilhados e portanto disponibilizamos como evidências de nossos processos as certificações e relatórios acima citados pois são atestados por órgãos isentos e de credibilidade através de diferentes auditorias externas periódicas e recorrentes.

Atenciosamente,

5.2 Descrição dos controles internos

3.3. Ausência de trilhas de auditoria no banco de dados do sistema protheus

Situação atual

Durante nossas análises, fomos informados pelo departamento de tecnologia da informação, que as trilhas de auditoria (Audit Trail) do sistema Totvs Protheus, foi desabilitada, pois estava impactando na performance do sistema Protheus. Atualmente, existem logs que permitem identificar quando um registro foi criado ou alterado, ou se o registro foi apagado do banco de dados, porém não há registros e mudanças de informações sobre quais modificações nos dados foram efetuadas no sistema, bem como no seu respectivo banco de dados ou nas tabelas onde são gravadas informações críticas.

Riscos envolvidos

Consideramos que tal fato pode permitir que manipulações, tais como, inclusões, alterações, exclusões incorretas ou indevidas sejam realizadas nos sistemas ou diretamente nas tabelas de dados sem que ocorra identificação adequada de tais atividades e de seus executores.

A auditoria de uma instância do mecanismo de um banco de dados individual envolve o controle e o registro em log dos eventos que ocorrem nos mecanismos de banco de dados.

Recomendações

Recomendamos que sejam estabelecidos critérios e definição das informações sensíveis ou críticas para a Renova Energia e que ativem as trilhas de auditoria nos bancos de dados do sistema Protheus e que procedimentos de monitoramento periódico por área independente sejam realizados.

Comentários da Administração:

A desativação das trilhas de auditoria no Totvs Protheus foi uma decisão tomada pela Administração para otimizar a performance do sistema e reduzir os custos de manutenção, sem comprometer a segurança das informações. Foram implementados os logs alternativos, ferramentas de monitoramento e aprovações de processos através de workflow. O assunto será reavaliado ao longo do ano de 2024.

3.4. Ausência de plano de continuidade de negócios e plano de recuperação de desastres.

Situação atual

Solicitamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), incluindo o Plano de Recuperação de Desastres (PRD), bem como a evidência do último teste de aplicação do (PRD), fomos informados pelo departamento de tecnologia da informação que atualmente não possuem PCN e PRD.

Riscos envolvidos

A ausência dos Planos de Continuidade de Negócios e de Recuperação de Desastres, podem expor a companhia a riscos, devido à falta da descrição dos principais itens a ser gerenciado em

5.2 Descrição dos controles internos

uma crise, risco de perda de dados, tempo de interrupção maior devido à inexistência de informações críticas, e uma possível perda financeira as Empresas em escopo.

Recomendações

Recomendamos a elaboração de Plano de Continuidade de Negócios, e o Plano de recuperação de Desastres, é recomendado devido a descrição dos procedimentos, da comunicação entre os interessados, o DRP se complementa ao PCN, devido seu detalhamento técnico para restauração dos sistemas de TI e processos críticos. É de suma importância a realização de testes regulares, validando os planos visando êxito ao enfrentar interrupções ou desastres, reduzindo o impacto nas operações, bem como, revisões periódicas, no mínimo anualmente e ou quando necessário, dos documentos, bem como, devem ser aprovados e disponibilizados para a alçada competente.

Comentários da Administração:

Embora a empresa não possua um PCN formalmente documentado, medidas para garantir a continuidade dos negócios já foram implementadas e estão em vigor. Iremos providenciar a documentação do processo.

3.5. Ausência de uma matriz de segregação de acessos (SOD), ausência de relatório de usuários Com perfil de acessos e ausência de revisão de perfil de acessos.

Situação atual

Ao analisarmos as evidências disponibilizadas, não foi possível identificarmos no relatório de usuários do sistema Protheus os perfis de acesso dos usuários. Durante nossa reunião o Coordenador de TI André Couto informou que está em elaboração uma matriz de acessos, de forma a corrigir uma falha grave que ocorre na concessão de acessos.

O coordenador de TI nos informou que atualmente ao solicitar acesso para um colaborador, o gestor da área informa um usuário existente no sistema Protheus que servirá de base. A equipe de TI então efetua o clone do usuário informado para o novo colaborador, não sendo observado as permissões de acesso de forma granular.

As revisões efetuadas pelo departamento de tecnologia da informação não contemplam a análise das permissões dos usuários do sistema Protheus, durante a revisão, apenas são analisados se os estados dos usuários na rede corporativa condizem com estado do colaborador no RH, uma vez identificado um colaborador que foi desligado da empresa com acesso ativo, a equipe de TI procede com o bloqueio na AD, desativando assim os acessos aos sistemas Protheus e AvGeo, que utilizam autenticação Single Sign-On.

Riscos envolvidos

Sem a formalização de uma matriz de segregação de funções, um mesmo usuário pode acumular acessos conflitantes no sistema ou em processos de negócios, de modo que possa registrar, autorizar, executar e revisar transações indevidas sem ser identificado no momento oportuno.

Recomendações

5.2 Descrição dos controles internos

Recomendamos que a Renova Energia elabore uma matriz de segregação de funções que defina as transações conflitantes. A Matriz de segregação deverá ser utilizada para avaliar eventuais alterações nos direitos de acesso e deve ser revisada periodicamente.

Recomendamos ainda, que reestruture a arquitetura de direitos de acesso no Sistema Protheus e elabora a matriz baseada entre os departamentos envolvidos em cada módulo do sistema, para efetuar revisões periódicas nos perfis de acessos, objetivando o controle fidedigno mesmo que não venha ser pontual.

Comentários da Administração:

Até o 1º semestre de 2024 a segregação de função atualmente é definida pelo Gestor da área por meio da abertura de chamado técnico, em que são definidos os acessos necessários para que o colaborador exerça suas atividades.

Para o 2º semestre de 2024 os perfis de usuários serão atribuídos conforme as funções e qualquer alteração precisará de aprovações.

3.6. Ausência de documentação para contas privilegiadas

Situação atual

Durante nossas análises, identificamos sete usuários com perfil administrador, três destes eram usuários genéricos. Enviamos os usuários genéricos e o usuário JGomes para a equipe de tecnologia da informação nos confirmar se possuem documentação, responsável e qual propósito de uso. Identificamos ainda que o departamento de tecnologia havia removido os usuários Intfprotheus, Upduo01 e Upduo02 do relatório de usuários administradores através do confronto com a IPE do relatório.

O departamento de tecnologia nos informou que o usuário JGomes pertencia à um colaborador desligado recentemente que havia sido mantido ativo por alguns dias, mas que foi bloqueado. Solicitamos que nos enviassem chamado do desligamento, recebemos a informação que não havia chamado aberto, pois o colaborador não foi efetivado.

As contas Upduo01 e Upduo02 foram bloqueadas enquanto estávamos em reunião, se tratava de contas de usuários com perfil administrador utilizadas por consultoras para implementações nos sistemas, que não deveriam estar ativas.

As contas de usuário genéricas identificadas não possuem documentação que formalize as obrigações e responsabilidades de quem possui acesso a elas.

Usuario	Nome	Ativo	Nome	Cargo
Sadraque	Sadraque S. Paiva	Sim	Sadraque Da Silva Paiva	An De Sistemas Pl
Luiz.Suguiura	Luiz Suguiura	Sim	Luiz Suguiura	Analista De Sistemas Sênior
Alcoutho	Andre Luis Cenerez Couto	Sim	Andre Luis Cenerez Couto	Coordenador Ti
JGomes	Juan Da Silva Gomes	Sim	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado
Intfprotheus	Intfprotheus	Sim	Na	Na
Upduo01	Upduo 01	Sim	Na	Na
Upduo02	Upduo 02	Sim	Na	Na

Riscos envolvidos

A ausência de documentação para contas genéricas com perfil administrador dificulta a identificação e a rastreabilidade e o monitoramento dos acessos, dificulta a investigação em

5.2 Descrição dos controles internos

um eventual incidente de segurança, diminuindo a eficácia na análise das informações sobre as atividades dessas contas, não estando em conformidade com a ISO 27001 e PCI DSS, que exigem evidências de controle e monitoramento de contas privilegiadas.

Recomendações

Recomendamos a criação de políticas e procedimentos para as contas administrativas(administrador), pois são fundamentais para a segurança de toda a estrutura e a governança de TI, auxilia na identificação dos responsáveis por cada conta, auxilia empregar o princípio de menor privilégio, tudo isto atrelado a um formulário, "termo de risco", no qual tenha descrito as devidas responsabilidades de utilização da conta.

Comentários da Administração:

Não possuímos o termo de uso e riscos da conta ADM, mas iremos criar o devido termo.

3.7. Ausência de documentação e responsáveis para contas genéricas

Situação atual

Identificamos que, atualmente existem 79 (setenta e nove) contas genéricas cadastradas na Rede (AD) e 4 (quatro) no sistema Protheus e 1 (uma) no sistema AvGeo, sejam estas provenientes de serviços habilitados com acesso compartilhado. Questionamos o departamento de tecnologia da informação sobre todas as contas identificadas, nenhuma das contas identificadas possui documentação associada, muitas delas são de uso compartilhado.

Risco(s) Envolvido(s):

Esta situação pode comprometer a Confidencialidade e Integridade da informação, uma vez que tais contas podem vir a ser compartilhadas entre os usuários, além disso, em uma eventual troca de responsabilidade na gestão do sistema, tais contas perderiam o histórico do propósito de sua existência. A existência de usuários "genéricos" com acesso aos sistemas da Renova Energia limita a identificação de usuários que executaram transações indevidas por meio dessas contas.

Recomendações:

Recomendamos que a utilização de contas genéricas seja revisada e monitorada periodicamente, se o uso for necessário deve possuir um único responsável, bem como assinar um documento descrevendo o perfil de acesso, as responsabilidades da conta e o responsável pelo uso.

Comentários da Administração:

As contas genéricas são revisadas e monitoradas periodicamente.

Na planilha "Usuários Genéricos" enviado para a auditoria apresenta o controle de todas as contas genéricas bem como os departamentos responsáveis.

3.8. Ausência de evidências que comprovassem o monitoramento de vulnerabilidades e ausência de testes controlados

Situação atual:

5.2 Descrição dos controles internos

Solicitamos ao departamento de tecnologia da informação que nos enviasse o relatório das vulnerabilidades identificadas, a Renova Energia utilizava o Microsoft Defender como ferramenta de monitoramento, porém não foi disponibilizado evidências para efetuarmos as análises e desta forma não foi possível confirmarmos a efetividade da gestão de vulnerabilidades.

Não identificamos também a existência de política ou procedimentos de gestão de vulnerabilidades no ambiente de TI Renova Energia.

Questionamos a equipe de tecnologia da Renova Energia sobre a ocorrência de pentest, bem como campanhas de antiphishing e conscientização relacionados às ameaças à segurança da informação, porém a resposta foi que não ocorreram testes e programas de conscientização no ano de 2023.

Risco(s) Envolvido(s):

Entendemos que a ausência de um controle implementado adequadamente, aumenta o risco de fragilidade na segurança da informação associados aos sistemas de informação, dificultando a tomada de ação preventiva e corretiva em tempo hábil, bem como afetar a integridade, disponibilidade e confidencialidade da informação.

Recomendações:

Recomendamos que sejam elaboradas políticas ou procedimentos, bem como planos de ação, que os testes e situações identificadas sejam documentadas, de modo a identificar as lacunas (gaps) e impedir que venham se repetir no futuro, bem como definir os passos que deverão ser executados nos processos de análise, monitoramento e tratamento das situações identificadas e os responsáveis por cada uma dessas etapas. Outro ponto importante é o investimento em formações e treinamentos de membros da equipe de TI e de colaboradores da empresa, com o objetivo de os preparar e conscientizar para situações que são suscetíveis ocorrer e quem impactar o funcionamento da Renova Energia.

Comentários da Administração:

A Renova Energia possui a POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO que tem o objetivo de estabelecer diretrizes que permitam aos colaboradores da Renova Energia S.A. e suas empresas afiliadas (“Renova”) seguirem padrões de comportamento relacionados à segurança da informação, adequados às necessidades de negócio e de proteção legal da Renova e de seus colaboradores. Definir e manter o compromisso com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob sua guarda.

Todos os relatórios solicitados foram fornecidos constando a instalação e comunicação do agente de defesa evidenciando a ativação do recurso no ambiente bem como as licenças adquiridas pela Renova.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Após o recebimento da carta de “Comunicação de Deficiências de Controles Internos” emitida pelos auditores independentes, as áreas buscam compreender os impactos dos pontos

5.2 Descrição dos controles internos

apresentados. Desde que constatado que tais pontos apresentados merecem tratamentos especiais, as áreas atuam buscando implementar ou revisar, na medida da sua necessidade, os controles, procedimentos e diretrizes com o objetivo de mitigar os riscos associados.

Desta forma, no que se trata da carta emitida pelos auditores externos referente ao ano de 2023, a Companhia revisa os processos para encontrar o plano de ação para cada item.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

I. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota o Código de Ética e Conduta que estabelece, dentre outras, que a relação com agentes públicos deve ser realizada sob alguns aspectos. No caso, reuniões com agentes públicos devem ser precedidas de solicitação formal por escrito, com o envio de informações como data, local e horário da reunião, assunto a ser tratado e a formalização do documento que se pretende discutir/avaliar com as autoridades públicas.

A Companhia possui uma Política Anticorrupção, onde é reforçado o comprometimento com a integridade e o combate à corrupção em suas relações internas e externas, aplicáveis a todos os níveis de hierárquicos da Companhia.

II. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Gerência de Governança Corporativa da Companhia é responsável pelo monitoramento e gestão dos riscos relacionados às atividades sociais, dentre outras funções.

A Gerência responde diretamente para a diretoria jurídica da Companhia, reportando os resultados de suas iniciativas aos demais órgãos de governança, conforme o caso.

Como parte de suas atribuições, realiza a divulgação interna e treinamentos periódicos a respeito de conformidade e de práticas éticas e de conduta incentivadas, para fomentar seu cumprimento por seus colaboradores.

III. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia tem um Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Diretoria, aplicável a todos os seus administradores, empregados, estagiários, prestadores de serviços, fornecedores e procuradores.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- Eventuais violações ao Código de Ética e Conduta, assim como de políticas e procedimentos internos da Companhia poderão sujeitar os infratores a aplicação de medidas disciplinares, podendo implicar ainda na rescisão contratual.

5.3 Programa de integridade

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A atualização do Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovada em reunião de Diretoria realizada de 23 de novembro de 2020.

O referido documento está disponível em:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4208c3ab-ee07-4344-b70f-f03d3fecbcc3/b564a94f-78bb-48c3-9e7e-c6a9a8dfa51b?origin=1>

https://canalconfidencial.com.br/renovaenergia/files/1811_Codigo_de_etica_1_coluna.pdf

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

I. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia, Canal Transparência, é gerido pela ICTS Global Ltda, empresa consolidada no ramo de gestão de canal de denúncias.

II. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Transparência está aberto para recebimento de denúncias de colaboradores e terceiros.

III. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A denúncia pode ser realizada de forma anônima ou com a identificação do denunciante, se este preferir.

Além disso, há previsão expressa no Código de Ética e Conduta da Companhia para proteger os denunciantes de boa-fé.

IV. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A gestão do canal de denúncias é de responsabilidade da Gerência de Governança Corporativa, cujas atividades foram atribuídas à Diretoria Jurídica. É realizado um filtro de criticidade/complexidade da denúncia e, dependendo do caso, é definido se a apuração da denúncia será realizada internamente ou contratada consultoria terceirizada.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas¹

Não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

¹ A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados

5.3 Programa de integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável em razão dos procedimentos informados acima.

5.4 Alterações significativas

5.4 *Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos*

Como informado no item 5.1, o mapeamento de riscos está em fase de construção. Neste momento não há comentários adicionais.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes, além das que foram divulgadas anteriormente.